

**CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS – CTAS  
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH  
ATA DA 50ª REUNIÃO**

Data: 19 e 20 de setembro de 2006.

Local: Mini Auditório da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente,  
Edifício Sede da Codevasf, SGAN 601, Lote 01, Brasília/DF

Início: 10h20 do dia 19 Término: 16h40 do dia 20

**MEMBROS PARTICIPANTES:**

- **Ministério da Ciência e Tecnologia:** Elzivir Azevedo Guerra – [eguerra@mct.gov.br](mailto:eguerra@mct.gov.br)
- **Ministério do Meio Ambiente/SRH:** Cláudia Ferreira Lima – [claudia.lima@mma.gov.br](mailto:claudia.lima@mma.gov.br)
- **Ministério do Meio Ambiente/ANA:** Fernando Roberto de Oliveira – [fernando@ana.gov.br](mailto:fernando@ana.gov.br)
- **Ministério da Saúde:** Jailma Marinho B. de Oliveira – [jailma.oliveira@funasa.gov.br](mailto:jailma.oliveira@funasa.gov.br)
- **Ministério de Minas e Energia:** Emanuel Teixeira de Queiroz –  
[emanuel.queiroz@dnpm.gov.br](mailto:emanuel.queiroz@dnpm.gov.br)
- **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – MG/ES:** Maricene Mattos Paixão –  
[outorga.subt@igam.mg.gov.br](mailto:outorga.subt@igam.mg.gov.br)
- **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – GO/DF:** Gislene S. Nogueira –  
[gis\\_nog@yahoo.com.br](mailto:gis_nog@yahoo.com.br)
- **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – PE/PB:** Ausência
- **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – RN/AL:** Carlos Alberto Martins –  
[cmartins@rn.gov.br](mailto:cmartins@rn.gov.br)
- **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – PR/MT:** Ausência
- **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – SP/RJ:** Elcio Linhares Silveira –  
[elciols@uol.com.br](mailto:elciols@uol.com.br)
- **Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:**  
Walder Suriani – [aesbe@aesbe.org.br](mailto:aesbe@aesbe.org.br)
- **Indústrias:** Ausência
- **Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo –**  
Wilson de Azevedo Filho – [azefilho@hotmail.com](mailto:azefilho@hotmail.com)
- **Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas:** Osmar  
José Gualdi - [comitepardo@srh.sp.gov.br](mailto:comitepardo@srh.sp.gov.br)
- **Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa:** João Carlos Simanke de Souza –  
[jsimanke@terra.com.br](mailto:jsimanke@terra.com.br)
- **Organizações Não Governamentais:** Josirla Mendes de Queiroga –  
[fonasc-cbh@fonasc-cbh.org.br](mailto:fonasc-cbh@fonasc-cbh.org.br)

**CONVIDADOS:**

- Beatriz Barcelos (Elabore) – [beatriz@elabore.com.br](mailto:beatriz@elabore.com.br)
- Clarissa Presotti (Elabore) – [clarissa@elabore.com.br](mailto:clarissa@elabore.com.br)
- Denise Alho (PETROBRAS) – [denisealho@petrobras.com.br](mailto:denisealho@petrobras.com.br)
- Flávio Barbosa Bezerra (PETROBRAS) – [flaviobezerra@petrobras.com.br](mailto:flaviobezerra@petrobras.com.br)
- Gilberto Gonzaga (ABINAM) – [ggonzaga@terra.com.br](mailto:ggonzaga@terra.com.br)
- Marcelo Jorge Medeiros (CPRM/MME) – [marcelo@df.cprm.gov.br](mailto:marcelo@df.cprm.gov.br)
- Marco Aurélio Guimarães (M. Defesa) – [adi3saei1@eme.eb.mil.br](mailto:adi3saei1@eme.eb.mil.br)
- Mariano Laio de Oliveira (MCT) – [mloliveira@mct.gov.br](mailto:mloliveira@mct.gov.br)
- Raquel Scalia (SRH/MMA) – [raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br](mailto:raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)
- Renan Lopes (FUNASA) – [renan.lopes@funasa.gov.br](mailto:renan.lopes@funasa.gov.br)

**RELATORIA:**

- Fábio Lavor Teixeira (SRH/MMA) – [fabio.teixeira@mma.gov.br](mailto:fabio.teixeira@mma.gov.br)

53

54 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

55 Às 10h20 do dia 19 de setembro de 2006, o **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)**,  
56 Presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS, deu início à 50ª reunião da  
57 referida câmara técnica do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. O **Sr. João Carlos**  
58 **Simanke de Souza (OTEP)** saudou a todos, discorreu acerca do processo das Assembléias  
59 Deliberativas que indicaram os novos representantes (Usuários e Organizações civis de recursos  
60 hídricos), bem como a indicação dos representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos  
61 Hídricos para integrar o CNRH, e que acarretaram em um período sem reuniões da câmara  
62 técnica. Indagou se haveria alguma proposta de inversão de pauta e, não havendo, passou ao  
63 **Item 1 – Informes** falando do papel e reforçando a participação ativa de membros e convidados  
64 nas câmaras técnicas do CNRH. Apresentou o Sr. Fábio Lavor (SRH/MMA) como o novo  
65 relator da CTAS; discorreu acerca do sítio eletrônico do CNRH e do envio de documentos por  
66 meio eletrônico como modos de disponibilização de informações e solicitou que todos se  
67 apresentassem. Findadas as apresentações, passou a palavra à **Sra. Cláudia Lima (SRH/MMA)**  
68 que falou da proposta de realização de um Congresso nos dias 06, 07 e 08 de dezembro em  
69 Campo Grande/MS, cujo tema central seria o Aquífero Guarani. O **Sr. João Carlos Simanke de**  
70 **Souza (OTEP)** alertou para a proximidade da data e que, no geral, eventos deste porte devem ser  
71 preparados com maior antecedência. Falou também do XIV Congresso Brasileiro de Águas  
72 Subterrâneas, que acontecerá em Curitiba/PR nos dias 07, 08, 09 e 10 de novembro de 2006 e da  
73 idéia de realização da 51ª Reunião da CTAS junto a esse evento, quando afirmou que, nesse  
74 caso, a convocação para a reunião seria feita com antecedência maior que a habitual. **Item 2 -**  
75 **Aprovação da Ata da 49ª Reunião da CTAS** – Colocada em discussão, a ata foi aprovada com  
76 modificações. O Presidente da CTAS, em seguida, passou ao **Item 3 – Breve relato sobre o**  
77 **andamento dos trabalhos do GT Águas Minerais – CTAS/CTPOAR e sobre os últimos**  
78 **acontecimentos das reuniões do GT da CTCQA do CONAMA.** A **Sra. Raquel Scalia**  
79 **(SRH/MMA)**, relatora da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e  
80 Ações Reguladoras – CTPOAR, informou que fora disponibilizado – em caráter informal - o  
81 parecer da Advocacia Geral da União relativo à controvérsia entre os pareceres jurídicos do  
82 Ministério do Meio Ambiente - MMA e do Ministério de Minas e Energia - MME e distribuiu  
83 cópia do mesmo aos presentes. Disse que o GT deliberou por não mais se reunir até que haja o  
84 posicionamento oficial da Consultoria Jurídica – CONJUR do MMA junto à Secretaria  
85 Executiva do CNRH e que as câmaras técnicas envolvidas sejam oficialmente informadas. Falou  
86 que o GT interpretou o parecer como tendo caráter de integração de procedimentos e que o  
87 mesmo deve se debruçar mais ainda nesse sentido. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza**,  
88 Presidente da CTAS, lembrou que esta proposta de resolução já está sendo discutida há mais de  
89 dois anos pela CTAS e há um ano em conjunto com a CTPOAR. Destacou os posicionamentos  
90 antagônicos do MMA e do MME e que o parecer da AGU ainda não esclareceu definitivamente  
91 a questão em discussão. Falou que no despacho do Consultor-Geral da União ficou muito clara a  
92 posição de que águas minerais são, simultaneamente, recursos hídricos e recursos minerais – o  
93 que corrobora a opinião vigente entre os membros da CTAS - mas que o mesmo ainda não  
94 equacionou a questão, embora ressalte que as águas minerais devam atender a dominialidade dos  
95 estados e estão sujeitas à Lei 9433/97. O **Sr. Elcio Linhares (CERH SP/RJ)** falou dos conceitos  
96 de área de proteção de recursos hídricos e da área de lavra dos recursos minerais. O **Sr. João**  
97 **Carlos Simanke de Souza** falou que os dois ministérios podem ler o parecer e interpretar como  
98 favorável ao posicionamento de cada Ministério, destacando a necessidade de que o mesmo seja  
99 encaminhado oficialmente para as Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas e de Integração de  
100 Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras antes de serem traçadas novas diretrizes  
101 de encaminhamento e passou ao **Item 4 – Continuidade das discussões sobre a proposta de**  
102 **Resolução de diretrizes para proteção e conservação das águas subterrâneas.** O **Sr. João**  
103 **Carlos Simanke de Souza**, Presidente da CTAS, lembrou as regras acertadas pelo grupo e pediu  
104 respeito às mesmas. Sugeriu que a CPRM – Serviço Geológico do Brasil preparasse, para a

105 próxima reunião da CTAS, uma minuta de Moção recomendando que o Sistema de Informação  
106 de Águas Subterrâneas – SIAGAS seja adotado pelos secretários estaduais de recursos hídricos  
107 como banco de dados georeferenciados oficial. O **Sr. Marcelo Medeiros (CPRM/MME)**  
108 considerou a sugestão uma boa idéia e informou que a CPRM já firmou convênio nesse sentido  
109 com 15 (quinze) estados. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** falou que esse fato  
110 facilitaria a aprovação da Moção no CNRH. A **Sra. Raquel Scalia** informou que a CTPOAR já  
111 preparou uma Moção com teor semelhante (ANEXO I), que está recebendo contribuições até o  
112 próximo dia 25 de setembro e que a mesma deve ser apreciada pela Câmara Técnica de Assuntos  
113 Legais e Institucionais - CTIL em sua reunião de outubro. O **Sr. João Carlos Simanke de**  
114 **Souza**, Presidente da CTAS, leu a proposta de Moção apresentada, ponderou que os objetivos da  
115 CTAS são distintos, cabendo, portanto, uma outra proposta de Moção a ser detalhada pela CTAS  
116 e ratificou a sugestão à CPRM. As discussões da resolução de diretrizes para proteção e  
117 conservação das águas subterrâneas foram iniciadas pelos “considerandos”, com o **Sr. Carlos**  
118 **Martins (CERH RN/AL)** afirmando que nem sempre o Plano de Bacia menciona de modo  
119 consistente um plano para o(s) aquífero(s) e que talvez fosse mais incisivo considerar os Planos  
120 Estaduais de Recursos Hídricos. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** lembrou que a  
121 Resolução CNRH Nº 22 já estabelece, em seu artigo primeiro, que “os Planos de Recursos  
122 Hídricos devem considerar os usos múltiplos das águas subterrâneas, as peculiaridades de função  
123 do aquífero e os aspectos de qualidade e quantidade para a promoção do desenvolvimento social  
124 e ambientalmente sustentável”, defendendo a manutenção do considerando do modo como  
125 estava, o que foi corroborado pelo **Sr. Elcio Linhares (CERH SP/RJ)**. O **Sr. Wilson de**  
126 **Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo)** sugeriu, então, a  
127 inclusão de um considerando mencionando as diretrizes contidas nas resoluções CNRH Nº 15 e  
128 22, o que foi aceito por todos. O **Sr. Osmar Gualdi (Comitês)** sugeriu que a Resolução CNRH  
129 Nº 17 também fosse mencionada nesse considerando. Passados os debates sobre os  
130 considerandos, o **Sr. João Carlos Simanke de Souza**, Presidente da CTAS, lembrou que o  
131 artigo 2º, que trata das definições, será o último a ser discutido e passou ao inciso III do art. 3º. O  
132 **Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo)**  
133 indagou se não estaria sendo criado um novo instrumento de gestão de recursos hídricos com a  
134 figura do Plano de Gestão mencionado pelo artigo 3º e propôs que fosse colocada uma definição  
135 para ele no artigo 2º. O **Sr. Carlos Martins (CERH RN/AL)** falou que o Plano de Gestão  
136 enquadra-se em nível operacional e deveria ser citado na resolução. O **Sr. Elcio Linhares**  
137 **(CERH SP/RJ)** ponderou acerca de quais as diretrizes básicas que a resolução pretende  
138 apresentar para a proteção e a conservação das águas subterrâneas e disse que ela deveria ter a  
139 visão de proteção que a sociedade espera e que aborde os aspectos de quantidade e qualidade.  
140 Após discussões o artigo 3º foi aprovado. Foram discutidos, modificados e aprovados, também,  
141 os artigos 4º e 5º. O **Sr. Fernando Roberto (ANA)** discorrendo acerca do antigo artigo 6º – que  
142 passou a ser o art. 19 – e que trata do sistema de informações relativas às águas subterrâneas,  
143 falou que a ANA tem a competência de implementar um sistema nacional de informações em  
144 recursos hídricos mas que, em função da dominialidade da União, está trabalhando, no atual  
145 momento, mais com as águas superficiais. Disse considerar importante destacar esse ponto na  
146 resolução para reforçar o conceito de que recursos hídricos também englobam as águas  
147 subterrâneas além das superficiais. Informou que a ANA tem uma boa interface com a CPRM e  
148 que isso deve facilitar o acesso às informações do SIAGAS e a construção de um banco de dados  
149 comum aos dois órgãos. A **Sra. Maricene Paixão (CERH MG/ES)** sugeriu, então, que artigo  
150 mencionasse a incorporação dos dados relativos às águas subterrâneas. O **Sr. Elcio Linhares**  
151 **(CERH SP/RJ)** considerou o artigo um pouco fora do contexto atual da resolução, além da  
152 dificuldade de alimentação desse tipo de sistema de informação para águas subterrâneas, e  
153 sugeriu retirá-lo. A **Sra. Cláudia Lima (SRH/MMA)** e o **Sr. Fernando Roberto (ANA)**  
154 discordaram da idéia de retirar o artigo. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza** ponderou que  
155 esse artigo fortaleceria o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH no  
156 momento em que ele for incorporar o SIAGAS. A **Sra. Maricene Paixão (CERH MG/ES)**,

157 reforçando a manutenção do artigo, lembrou que a Carta de Belo Horizonte, oriunda do I  
158 Simpósio Latino Americano de Monitoramento de Águas Subterrâneas, realizado em abril de  
159 2006, já trata dessa ação. O **Sr. Elcio Linhares (CERH SP/RJ)** falou que esse artigo não traduz  
160 o escopo da resolução, que é de definir diretrizes para a proteção e a conservação das águas  
161 subterrâneas. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza**, Presidente da CTAS, sugeriu, então, que  
162 esse artigo fosse remanejado temporariamente para o final da resolução e depois seria discutido  
163 se ele seria mantido ou não e, no caso dele permanecer, qual o melhor local para colocá-lo.  
164 Iniciados os debates acerca do artigo 7º, foi sugerida a leitura completa da resolução para que os  
165 membros da câmara técnica avaliassem a necessidade de haver algum reposicionamento de  
166 artigos. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** lembrou que existem regras acordadas  
167 para a discussão da resolução; procedeu, então, à leitura de toda a resolução e facultou a palavra.  
168 A **Sra. Gislene Nogueira (CERH DF/GO)**, o **Sr. Elcio Linhares (CERH SP/RJ)**, a **Sra.**  
169 **Maricene Paixão (CERH MG/ES)** e o **Sr. Fernando Roberto (ANA)** fizeram sugestões para  
170 mudança de posicionamento de artigos. O **Sr. Flávio Bezerra (PETROBRAS)** propôs  
171 modificações quanto à redação de alguns artigos, as quais foram discutidas e aceitas. Nesse  
172 momento o **Sr. João Carlos Simanke de Souza**, Presidente da CTAS, em acordo com os demais  
173 presentes, encerrou as atividades do primeiro dia de reunião e ratificou a importância de todos  
174 atentarem ao horário de início do dia seguinte. Reiniciados os trabalhos, o **Sr. João Carlos**  
175 **Simanke de Souza** saudou novamente os presentes, leu o título da proposta de resolução, ora em  
176 discussão; lembrou que a aprovação desta resolução – juntamente com as que estão em discussão  
177 nos grupos de trabalho e no CONAMA - viria ocupar uma lacuna deixada pela Lei de Águas  
178 Subterrâneas, elaborada pela Associação Brasileira de Águas Subterrâneas e que ficou esquecida.  
179 O **Sr. Fernando Roberto (ANA)** ratificou essa idéia. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza**,  
180 Presidente da CTAS, lembrou também as regras acordadas para a discussão desta resolução e  
181 passou aos debates da mesma. Foram lidos e discutidos detalhadamente cada um dos  
182 considerandos e, após algumas reflexões, aprovados. Da mesma forma foram bastante discutidos  
183 e considerados aprovados os artigos 1º, 3º e 4º (ANEXO II). Na discussão dos arts. 5º e 6º, veio à  
184 tona a conceituação de Área de Proteção Regional e Local e de Área de Restrição e Controle,  
185 bem como a complexidade para a sua efetiva determinação; quando os membros decidiram que  
186 seria necessária a definição desses termos no art. 2º. Foi realçada a necessidade de explicitar o  
187 termo *hidrogeológico*, junto aos *estudos hidrológicos*, no art. 6º. Esses dois artigos ficaram para  
188 ser ratificados na próxima reunião da câmara técnica. Também, após amplos debates, foram  
189 aprovados os arts. 7º e 8º. Com relação ao art. 9º, foram questionadas as distâncias apresentadas  
190 como definidoras de cada zona em função dos diversos tipos de aquíferos e dos diversos usos  
191 possíveis. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** ponderou que a definição da Zona de  
192 Proteção Imediata (ZPI) já evidencia que ela deve ser cercada, restringe o tipo de construção e  
193 atividades em sua área e flexibiliza a definição de sua dimensão, concluindo que estas são as  
194 idéias principais que o artigo deve passar. Foi sugerida a mudança da redação do *caput*;  
195 entretanto, como não se chegou a consenso sobre a redação desse artigo, os membros ficaram de  
196 analisar e apresentar propostas na próxima reunião. Continuando as tratativas, o **Sr. Elcio**  
197 **Linhares (CERH SP/RJ)** lembrou que uma resolução não deve se alongar demais em  
198 determinados assuntos - correndo o risco de assumir características de um tratado - deve  
199 apresentar diretrizes gerais. Foram encerradas as discussões após o art. 9º e prevista a  
200 continuação dos debates acerca da proposta de resolução na próxima reunião da CTAS com base  
201 no documento que foi aprovado (ANEXO II). Continuando a reunião, o **Sr. João Carlos**  
202 **Simanke de Souza** passou ao *Item 5 – Comunicados da Presidência*, quando disse não haver  
203 nenhum comentário adicional e facultou a palavra a todos já no *Item 6 – Assuntos Gerais*. Não  
204 houve nenhuma manifestação. *Item 9 – Encerramento* - Nada mais havendo a tratar, o **Sr. João**  
205 **Carlos Simanke de Souza**, Presidente da CTAS, agradeceu a presença de todos, anunciou os  
206 dias 08, 09 e 10 de novembro de 2006 como datas para a realização da 51ª reunião da CTAS, em  
207 Curitiba/PR, prestigiando o XIV Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas e deu por  
208 encerrada a 50ª reunião às 16h40; de onde se extraiu esta ata que, após ser lida e aprovada pelos

209 membros participantes da próxima reunião da CTAS, será assinada pelo Presidente e pelo  
210 Relator da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas.

211

212 Ata aprovada durante a 51ª reunião da CTAS, realizada nos dias 08, 09 e 10 de novembro de  
213 2006.

214

215

JOÃO CARLOS SIMANKE DE SOUZA  
Presidente da CTAS

FÁBIO LAVOR TEIXEIRA  
Relator da CTAS

216

217